

# A arquitectura abaluartada de origem portuguesa

*R u i C a r i t a*

*Universidade da Madeira*

A REORGANIZAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO do poder marroquino nos meados do século xvi, com a consequente capacidade de meios para actualização do seu parque de artilharia, invalidaram grande parte das construções defensivas levantadas até então pelos portugueses em Marrocos. Se entre os séculos xv e xvi a capacidade construtiva e de equipamento defensivo da coroa portuguesa não tinha encontrado organização à altura para lhe fazer frente na costa marroquina, o mesmo já não aconteceu nas primeiras décadas do século xvi. Acrescia ainda, que a dispersão dos meios portugueses por um império à escala de metade do globo, também não facilitava a situação. Houve assim que reformular toda a implantação no terreno, abandonando uma parte das praças e procedendo à reformulação defensiva das restantes.

## A ascensão em Marrocos da dinastia Sádidas

Ao longo do século xv, Marrocos havia assistido à decadência da dinastia fundada pelos Beni Merim e à luta dos xarifes do sul e dos watácidas para assumirem o poder. Foi com base nesse vazio de poder que os portugueses conseguiram instalar-se nas praças do Rif, a Norte, e depois nas do Suz, Duquela e Enxovia. Pontualmente, chegaram mesmo a contar com apoios vários, de uma ou outra facção, conseguindo estabelecer protectorados e firmar tratados com os então denominados «mouros de pazes».

A partir da década de 20 do século xvi, no entanto, a situação interna de Marrocos evoluiu de uma outra forma. A queda do reino muçulmano de Granada, no final do século xv, tinha afastado o velho sonho de um império ibero-marroquino e Marrocos levou algum tempo a recuperar. O poder caíra nas mãos de confrarias religiosas locais, lideradas por marabutos, mas que dificilmente se impunham fora das suas zonas. A situação veio a evoluir com a ascensão progressiva dos xarifes sádidas, oriundos de Drá, em

Tagmadarte, de ascendência árabe e descendentes do Profeta.

Os sáidas eram descendentes de Saade, da tribo da ama do Profeta, e diziam-se directamente descendentes de Ali, o famoso califa, primo e genro de Maomé. Desde os finais do século xv que as populações do Suz os olhavam com respeito e esperavam conseguir polarizar à sua volta os sentimentos religiosos islâmicos e apelar para o renascimento de uma consciência nacional, expulsando os cristãos do Norte de África.

Já anteriormente, com base em pequenas revoltas populares, alguns chefes religiosos locais haviam obrigado as guarnições portuguesas a abandonarem algumas das praças, como teria acontecido com o Mogador, perante pressão da confraria do marabuto Diabat. Nessa sequência, em breve o xarife de Marraquexe, Mohammed ech Cheikh, levantava as tribos dos oásis interiores do Suz, apelando à guerra santa contra os estrangeiros, e cercava a Praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, hoje Agadir, que acabou por cair em Março de 1541.

Com a queda de Santa Cruz, para cuja defesa, inclusivamente, se recrutaram forças nas ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, as guarnições de Safim e Azamor recebiam ordens de abandonarem as suas praças. Perante o êxito da guerra santa contra os estrangeiros, em breve o xarife de Marraquexe se intitulava sultão de todo o território de Marrocos e cercava a poderosa cidade de Fez, capital do norte, que caiu em 1554, dando início à dinastia sáidas.<sup>1</sup>

## A arquitectura abaluartada

A evolução da fortificação medieval portuguesa tinha acompanhado de uma forma geral a restante fortificação europeia. No entanto, dada a sua forte componente islâmica, o que aconteceu em toda a Península Ibérica, apresenta algumas especificidades em relação às congéneres

europeias. Assim, grande parte da terminologia da fortificação ibérica tem fortes ressonâncias árabes, mas sem paralelo, por exemplo, na fortificação do Norte de África, pelo que teria, muito provavelmente, evoluído de forma independente durante o longo período da Reconquista, entre os séculos xii e xv, devendo ser considerada mais moçárabe que islâmica.<sup>2</sup>

Com a circulação e divulgação das ideias e tratados italianos do século xvi, vinculadas através do vasto império de Carlos v e dos territórios de D. João iii, foi especialmente nos territórios ultramarinos portugueses que se ensaiaram as novas técnicas e se construíram as grandes obras da chamada «fortificação moderna» europeia. Com a união das coroas ibéricas e a circulação de diversos especialistas, o Maneirismo europeu de expressão ibérica, mormente nos domínios da arquitectura militar e religiosa, transformou-se mesmo no primeiro estilo arquitectónico internacional de verdadeira difusão universal.

O incremento da circulação marítima no espaço do Mediterrâneo, nos inícios do século xvi, então alargada aos oceanos Atlântico e Índico, aumentou de forma quase exponencial a troca de conhecimentos científicos no quadro da construção naval e do seu armamento. Numa primeira fase, a evolução é patente, essencialmente, na qualidade da construção dos navios e no seu armamento, mas a breve trecho, os portos de partida e de chegada, assim como os intermédios de apoio, tiveram de acompanhar toda essa evolução. O motor de todo esse desenvolvimento foi, em grande parte, o aumento do potencial de fogo da artilharia.

A especial diferença entre esta primeira fase da arquitectura abaluartada e a anterior reside na progressiva introdução do baluarte triangular, de paredes inclinadas e cada vez mais simplificado, para se poder opor às cada vez mais potentes bocas de fogo e, ao mesmo tempo, servir de protecção e resguardo à sua própria arti-

Bastião da muralha de Arzila. Aguarela de Rui Carita



lharia. Nesta fase, o baluarte aparece dotado de «orelhas», ou seja, criando uma zona de articulação saliente em relação às muralhas em que se articula. De forma igualmente progressiva, irá proceder-se à eliminação das torres, alvos fáceis para a artilharia e até pontos de referência para a pontaria das bocas-de-fogo.

Houve, no entanto, um longo caminho de resistências a percorrer para impor uma estrutura assim. Existia todo um conjunto de preexistências, nem sempre passíveis de demolição imediata. As torres tinham, ainda, uma função de

representatividade para os quadros superiores, sendo entendidas como um factor dissuasor.

O termo «baluarte» aparece muitas vezes na nossa fortificação do século xv, designando de uma forma genérica uma construção defensiva, sem ainda indicar o elemento que entendemos hoje. O baluarte, como progressivamente será depois entendido, é uma construção, espessa, de planta pentagonal irregular, que se destaca nos ângulos salientes de duas cortinas contínuas ou de outros pontos vulneráveis, apresentando-se em forma de cunha e com essas duas paredes

especialmente inclinadas, para absorverem os impactos da artilharia.

Numa primeira fase, as muralhas iniciais quase verticais irão ser defendidas por sapatas, ou seja, protecções na base das mesmas muralhas com a função de absorverem os impactos, mas progressivamente a inclinação de todo o conjunto será uniforme desde a base até ao cordão que delimita a esplanada superior. A discussão sobre a utilização de torreões e cubelos, por vezes redondos e assentes em sapatas, contra a primazia dos baluartes em cunha, irá durar algum tempo, mas o caminho não conheceria retrocesso.

A artilharia irá concentrar-se progressivamente na esplanada dos baluartes e a fortificação perfeita tenderá para um conjunto regular e articulado dos mesmos. Na fase inicial da fortificação manuelina, a artilharia aparece incorporada nas várias cortinas de muralhas, à semelhança, muitas vezes, do que se fazia nos navios. Aliás, muita da fortificação da época de D. João II e D. Manuel, aparece directamente relacionada com a actividade naval, lembrando navios ancorados, como acontece com a Torre de Belém, em Lisboa. Com o desenvolvimento da artilharia e o aumento do volume de gases, as bocas-de-fogo deixam de poder ficar no interior das muralhas e passarão para as esplanadas dos baluartes, protegidas por parapeitos ressalvados.

Os projectos levados a cabo em Ceuta e depois em Mazagão, marcam perfeitamente o caminho para uma fortificação abaluartada, quase de carácter regular. Se na reformulação das defesas de Ceuta, especialmente dadas as preexistências e até a urgência que havia, o projecto é ainda de transição, tendo reaproveitado, inclusivamente, muralhas muçulmanas, o mesmo não acontece na envolvente de Mazagão, onde toda a cortina e baluartes são já de fortificação verdadeiramente abaluartada.

## A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer

Desde os primeiros anos do reinado de D. João III que se discutia na corte a presença portuguesa no Norte de África, consultando-se mesmo os grandes senhores do reino sobre esse assunto. A expansão para o Índico capitalizava cada vez mais os recursos portugueses, mostrando-se economicamente rentável, o que não acontecia com a manutenção das praças do Norte de África, que praticamente só consumiam homens e material.

Acrescia ainda que o aumento geral do comércio mediterrâneo, e então também no Atlântico, se fazia sentir nas costas de Marrocos através do contínuo concurso de navios de várias origens, incluindo da Andaluzia, dos grandes portos franceses e italianos, especialmente de Génova, e ainda dos vários portos das costas africanas sujeitos ao Império Turco, inclusivamente muitos traficando peças de artilharia. A partir de 1520 que o comércio peninsular na África atlântica diminuía progressivamente, e das poucas actividades que a documentação regista é o comércio clandestino de armas, de um modo geral, e especialmente de peças de artilharia. Em 1532, o rei de Portugal denuncia mesmo ao seu cunhado Carlos V as actividades comerciais de alguns dos seus súbditos.<sup>3</sup>

A situação não se passava somente nos portos, em parte sob controlo português, mas também no interior desse vasto território. Longe da costa actuavam inúmeros traficantes andaluzes, franceses e mesmo portugueses que, além de aumentarem os recursos financeiros dos xarifes, constituíam um perigo para a presença portuguesa. Como se refere numa memória datada de Safim, de 25 de Setembro de 1539, «a maior parte desses traficantes são artistas de armas de fogo e munições, que ensinam a sua profissão aos mouros». Seduzidos pelo xarife, «muitos cristãos novos, bons oficiais de armas, bestas e espingardas» ocorriam assim ao interior do Sus.<sup>4</sup>

As ilhas atlânticas, e especialmente a Madeira, devem ter concorrido também para o largo contrabando mantido com Marrocos, dadas as antigas relações que mantinham com essa área. Os madeirenses devem ter mesmo ampliado a sua área de influência açucareira, começando a instalar-se no Norte de África ao serviço dos xarifes locais. Em carta de 1537, o rei D. João III ameaçava com penas graves os carpinteiros e mestres de engenhos de açúcar que tomassem essa iniciativa, por ser contra os interesses de Deus e do seu serviço<sup>5</sup>. Ora se o rei fazia tal ameaça, é porque já devia haver instalação na área, que aliás fazia concorrência oficial ao açúcar madeirense e não seria assim, por acaso, que as bitolas existentes no Norte de África eram iguais às da Madeira.

Os anos de 1539 e 1540 haviam sido de grande seca no sul de Marrocos, tendo todas as praças portuguesas passado por difíceis situações de fome. Teria sido com base nessas dificuldades que o xarife iniciou o assédio a Arzila, Azamor, Safim e Santa Cruz do Cabo de Guer. Em meados de 1540 conseguiu-se uma trégua pontual nas hostilidades, mas logo em Setembro desse ano o filho mais velho do xarife inicia obras de fortificação numa elevação junto a Santa Cruz, denominada por Pico, onde já havia mouros desde Junho desse ano, constituindo o rompimento da trégua.

Os portugueses tinham-se fortificado na cidade, descurando aquela elevação, que em breve era fortemente artilhada. Os trabalhos decorreram até Novembro, sem que houvesse possibilidade de os desalojar, e por essa altura estava levantada uma fortaleza, inclusivamente com fosso, ou «cava», como então se dizia. Em breve era artilhada com bombardas grossas, trazidas por camelos. Só nessa altura se reiniciam os pedidos de socorro ao «continente do Reino», às restantes praças portuguesas e às ilhas, tendo chegado socorros da Madeira<sup>6</sup>. Infelizmente os

socorros do «continente» e mesmo de Safim chegaram demasiado tarde, e a praça era conquistada, a 12 de Março desse ano de 1541, depois de seis meses de cerco.

As descrições que nos chegaram da Fortaleza de Santa Cruz não nos deixam perceber muito bem como era. No entanto, existe uma gravura publicada por um aventureiro alemão, Hans Staden, poucos anos depois e que representa ambas as fortalezas. Trata-se da célebre obra sobre a *História do Brasil*, onde o aventureiro alemão conta ter parado na Madeira, na sua viagem para aquele continente, no Verão de 1547.

Staden passou no Funchal na nau do capitão Penteado e integrado numa pequena esquadra, que incluía mais uma caravela. Ao chegarem à ilha receberam a missão de se deslocarem à costa de Marrocos, para aprisionar possíveis navios que fossem encontrados a negociar com os mouros. Aprisionaram então um navio castelhano da praça de Valência, carregado com açúcar, entre outras coisas, como tâmaras, amêndoas, peles de cabra e goma-arábica, «um carregamento bom e intacto», na descrição do alemão.<sup>7</sup> O navio foi aprisionado nas costas de Santa Cruz do Cabo de Guer, que Hans Staden chamou no texto Ighir Ufrani, e trazido para o Funchal, onde foi vendido com a carga.<sup>8</sup>

A xilogravura em causa retrata os portugueses numa escaramuça ocorrida na praia, que envolveu também a captura de um batel. Pela configuração da gravura, a mesma parece invertida, devendo tal ter ocorrido na passagem do desenho à madeira, embora as indicações se encontrem correctas: «Sdutiffi in Barbaria» como legenda geral e «Cape de Gell», para o Castelo de Santa Cruz. Trata-se, assim, ao que tenhamos conhecimento, da representação mais antiga da actual Agadir.

A velha instalação portuguesa aparece reconstruída, não muito diferente no seu traçado geral das restantes fortificações portuguesas em Marrocos. A cidade apresenta-se cercada de

muralhas, com a cortina virada ao mar protegida por um forte bastião redondo, a avançar pelo mar adentro e a proteger as portas do mar. Para terra parece haver mais três torreões, um mais baixo e dois mais altos. Ao centro da cidade levanta-se uma torre alta, que deveria ser a antiga torre de menagem portuguesa.

Acima da cidade aparece já representada na gravura a nova fortaleza marroquina do Pico, igualmente amuralhada, mas cujo desenho não dá para compreender correctamente a sua articulação. Parece distinguir-se três torres e uma casa fora das muralhas, mas pouco mais. De qualquer forma, entende-se perfeitamente pelo desenho que tinha comandamento sobre a cidade de Santa Cruz, não se percebendo como a elevação não tinha sido ocupada pelas forças portuguesas e como foi deixada ocupar pelas marroquinas.

Hans Staden teria alguns conhecimentos militares, e assim se compreende que tenha acompanhado a expedição portuguesa a Santa Cruz, não tendo ficado no Funchal. Aliás, na história que depois conta das suas aventuras no Brasil, informa que teria dado início ali à Fortificação de S. Luís e que tivera mesmo patente de primeiro comandante dessa fortaleza. Saliente-se ainda, que neste seu trabalho é publicado uma das mais célebres ilustrações dos nossos descobrimentos: a nau onde dois marinheiros medem os astros com astrolábio e com balestilha<sup>9</sup>. Não seria assim um simples curioso, pelo que a sua representação nos merece alguma atenção. Como podemos entender pelos elementos representados, as defesas de Santa Cruz ainda seriam de transição, longe da arquitectura militar abaluartada que nos propomos aqui desenvolver.

## O projecto de fortificação de Ceuta de 1541

Os contactos da corte de D. João III com a de Carlos V eram muito estreitos, não só pelos mais

que íntimos laços familiares, mas essencialmente pela comunhão de interesses no domínio dos mares. A defesa do estreito de Gibraltar era mesmo um assunto comum às duas coroas, tendo chegado a colocar-se na corte de D. João III a cedência de Ceuta ao imperador, que possuía outras praças na área. É assim muito provável que a reforma das defesas da importante praça militar, que era Ceuta, estivesse em projecto antes da queda de Santa Cruz, em Março de 1541, e que tal desastre tenha accionado prontamente os meios para a sua efectivação.

A 25 de Maio desse ano chegavam a Ceuta os arquitectos, ou engenheiros militares, Miguel de Arruda e Benedito de Ravena, para estudarem e propor as obras a efectuar. O capitão de Ceuta, D. Afonso de Noronha, acompanhou os arquitectos e informou Lisboa como tinham decorrido os contactos. Tinham ficado espantados com o estado lamentável das defesas da cidade, tendo o capitão chegado a pedir-lhes para que não comentassem com ninguém a precariedade da situação. A visita ter-se-ia saldado por um êxito, tendo sido traçado um plano que deveria tornar Ceuta inexpugnável, como escreve o capitão de Ceuta.<sup>10</sup>

Miguel de Arruda fora encarregado de ir buscar o arquitecto italiano ao sul da Andaluzia, conforme pedido feito por D. João III ao cardeal de Toledo, ministro de Carlos V, e se esse por qualquer razão não pudesse ir, ele mesmo deveria levar a Ceuta o projecto que lhe entregasse.<sup>11</sup> O rei escreveu entretanto ao corregedor do Alentejo, a informá-lo de que Miguel de Arruda estava encarregado de contratar gente naquela comarca, assim como providenciou de imediato o envio de cal da vila de Portimão, de onde deveriam seguir dois carregamentos<sup>12</sup>. A inspecção às fortificações portuguesas, em Marrocos, destes dois técnicos e o trabalho a que procederam, mudaram totalmente a arquitectura militar portuguesa, abrindo caminho a uma campanha aba-

luartada, que se estendeu a toda a nossa expansão no Atlântico e no Índico.

Benedetto da Ravenna, como aparece referido em Itália, teria nascido assim nessa cidade italiana por volta de 1485, fazendo parte dos pioneiros da nova concepção da arquitectura abaluartada. Nos seus primeiros trabalhos ainda deu prioridade às fortificações assentes sobre espessas sapatas e com baluartes de flanqueamento redondo, mas nos projectos para Marrocos já utiliza baluartes agudos e de faces totalmente inclinadas. Parece haver assim possibilidades de ter sido o autor do castelo artilheiro de Vila Viçosa, mandado levantar na vigência de D. Jaime, quarto duque de Bragança (1479-1532), muito provavelmente depois do seu regresso de Azamor, em 1513. O Castelo de Vila Viçosa segue de muito perto um projecto desenhado por Leonardo da Vinci, entre 1490 e 1504, assim como a fortaleza depois levantada em Aguz.

As notícias mais antigas sobre Benedito de Ravena datam de 1510 e 1511, apontando-o já a trabalhar como engenheiro militar e artilheiro ao serviço da corte de Castela. Teria assim participado na expedição a Tripoli, no Norte de África, em 1510, e no ano seguinte a Nápoles. Trabalhou depois nas fortificações de Pamplona, em 1517 e em 1522, encontrou-se com os cavaleiros de S. João na defesa de Rodes, então assediada pelos turcos. Participará depois nas várias guerras em que os exércitos de Carlos v se envolvem em Itália e em França, voltando à Península para trabalhar sob as ordens do condestável de Castela, Inígo Fernández de Velasco, segundo duque de Frias e tio do quarto duque de Bragança, altura em que poderia ter trabalhado no Castelo de Vila Viçosa.

Em 1533 era nomeado Ingeniero Real, dividindo a sua actividade entre o sul de Espanha e de França, alargando ainda a sua actividade a inspecções às fortificações castelhanas do Norte de África. Viria a distinguir-se na expedição enviada por Carlos v a Tunis, em 1535, na qual o infante



D. Luís, no comando do célebre galeão *São João Baptista*, o *Botafogo*, assumiu um dos papéis de maior relevo. Com a tomada desta cidade, Benedito foi encarregado da revisão das fortalezas que defendiam o acesso a Tunis. Nos anos seguintes voltou a trabalhar no sul da Península, fixando residência em Sevilha, onde adquiriu propriedades, acorrendo à revisão das defesas de Gibraltar, em 1540, depois do saque efectuado por Barba Roxa, assim como procedeu ao estudo das novas defesas do porto de Cádiz. Estaria assim nessa área, provavelmente em Gibraltar, quando foi chamado ao Norte de África a pedido de D. João III. Ainda viria a trabalhar nas áreas de Perpignan e Barcelona mas acabou por cegar em 1555, regressando a Sevilha, onde faleceu no ano seguinte.<sup>13</sup>

Miguel de Arruda era de uma família de arquitectos ligados às fortificações, devendo ser

sobrinho ou familiar próximo de Diogo e Francisco de Arruda. Em 1533 já conheceria uma grande nomeada, pois D. João III nomeou-o, por carta de 25 de Junho desse ano, mestre das obras do Mosteiro da Batalha, pela renúncia de João de Castilho. No final desse ano já tinha autorização para andar «em mula ou faca de sela e freio, posto que não seja de marca e tenha cavalo». Não foi assim por acaso que foi encarregado de ir buscar o arquitecto Benedito a Gibraltar e desengançar o início das obras em Ceuta e depois em Mazagão.

Seria ainda um político hábil, como refere D. Afonso de Noronha a 7 de Junho de 1541, pois tendo Benedito de Ravena trazido «consigo um mestre para as medidas, para se encobrir a Miguel de Arruda», o mestre português começou por lisonjear o italiano de tal «maneira, que cumpriu bem nisso o que Vossa Alteza lhe mandava». Em breve Benedito se tornava seu amigo, «desejando de lhe mostrar ainda mais do que sabia», acrescentando o capitão de Ceuta que «ficava já Miguel de Arruda, segundo o mesmo Benedito diz, um grande homem do seu mester».

O capitão e governador de Ceuta refere, na carta de 7 de Junho, que os dois técnicos tinham «chegado aqui véspera da Ascensão» e que o italiano inspeccionara os canhões, bem como os muros de defesa. O governador acrescenta «que me pareceu Benedito de Ravena homem mui singular e sabedor deste modo de fortificar cidades e assim de todo outro engenho de guerra e ouvi-lo falar nisso é uma música»<sup>14</sup>. O projecto que foi depois enviado para aprovação em Lisboa previa o reforço da defesa no lado do istmo, ficando o castelo envolvido por um conjunto de muralhas que o defendiam para norte de Ceuta e para sul, do interior do território, com uma barbacã e os anteriores altos muros de origem muçulmana.

O Castelo de Ceuta era dotado de uma praça de armas, com casas e um conjunto de torres,

uma das quais especialmente forte e abobadada interiormente, denominada por isso por Torre de Hércules, que passaria a servir de paiol. O projecto tinha especial atenção para a utilização da artilharia, quer de um quer do outro lado, prevenindo a defesa da praça através da solidez da construção e do uso de bocas-de-fogo, capazes de tiro rasante no campo, tiro de apoio e varriemento junto às cortinas, assim como a média e longa distância.

As obras previam a construção de uma nova muralha, um atalho, como era referido, rematado por peitoril de um metro de espessura e metro e meio de altura, chanfrado no exterior e com um talude inclinado de oitenta centímetros. Nos cunhais deveriam fazer-se dois cubelos de oito metros de vão, com duas casamatas no interior, abobadadas e sobrepostas, cada uma com duas bombardeiras que cobrissem as cortinas. Esses cubelos jogariam com a cava que se haveria de fazer e, ao seu nível mais baixo, ainda teria duas novas aberturas para bombardas.

Todo o conjunto era no fundo protegido por cavas a que se juntavam os dois braços de mar onde corria o istmo. A cava, que ficava virada à povoação, teria doze metros de largura e a altura necessária para poderem varar barcos a remos e mesmo, para passarem de um para o outro lado, ou seja, de mar a mar; a oposta, teria sete metros de largura e a altura com que já estava.<sup>15</sup>

Miguel de Arruda foi imediatamente a Lisboa levar o projecto que Benedito de Ravena fizera, assim como uma carta do italiano. Regressou trazendo consigo uma carta de agradecimento de D. João III para o arquitecto italiano, pela execução «do debuxo onde se via a maneira como vos pareceria que a cidade de Ceuta ficaria mais forte». O rei concordava com o projecto, aumentando ligeiramente a altura dos muros, e dada a concordância de Benedito, deveriam seguir imediatamente para Mazagão, onde deveriam fazer igual serviço.<sup>16</sup>



As obras teriam começado de imediato em Ceuta sob a direcção do mestre Francisco Pires, que mais tarde se notabilizaria na Índia, e com o pessoal entretanto enviado da comarca do Alentejo. É provável, no entanto, que não tenham saído como se desejava, devido à fraca qualidade da cal, como deu conta o governador de Ceuta a D. João III, a 12 de Agosto desse ano. As obras recomençariam com outro ritmo, em 1544, depois da visita de Miguel de Arruda, então acompanhado de D. João de Castro. Entretanto, encontrava-se em Ceuta para apoiar a sua defesa D. Bernardino de Mendonza, capitão de galés de Carlos V e que colocou algumas reservas aos técnicos portugueses sobre o que se ia fazer. Alvitrava que vira recentemente o que se estava a fazer em Itália, e a hipótese de colocar canhoneiras a nível mais baixo estava totalmente colocada de parte.

O *regimento* entregue a D. João de Castro era muito explícito, determinando que logo que chegasse a Ceuta, «fareis desembarcar toda dita gente, artilharia e munições». Deveria reunir-se com o governador, ainda D. Afonso de Noronha, e com Miguel de Arruda, «para a dita cidade se fortificar agora, como todo o mais que parecer que se deve fazer sobre o que está traçado na obras nova». D. João III especifica mesmo «que todos pratiqueis e assenteis o que nas ditas obras se deve fazer, e depois praticareis sobre a traça que Miguel de Arruda leva da obra que ao diante se há-de fazer». Acrescenta ainda que «se há alguma coisa que se deva de emendar, para mo fazerdes saber»<sup>17</sup>. Não havia assim autorização para alterar o anterior projecto de Benedito de Ravena, sem autorização do rei. Claro que informado dos problemas levantados pelo capitão das galés de Carlos V, D. João III aceitou a alteração proposta.<sup>18</sup>

A corte de Carlos V sentia-se assim com a obrigação de socorrer os «lugares de África» portugueses, não só por uma questão de segurança própria, mas também porque isso já se vinha fazendo desde o tempo dos Reis Católicos. Nesta

mesma altura, por Abril de 1544, uma carta régia do imperador ordenava que se socorressem, com mantimentos e com tudo o que fosse necessário, as cidades de Ceuta, Tânger e Arzila, pertencentes ao rei de Portugal, referindo que tal se deveria fazer, conforme já ordenavam algumas cartas régias de 1513.<sup>19</sup>

## O projecto de fortificação de Mazagão

As primeiras obras portuguesas em Mazagão foram efectuadas na sequência da conquista de Azamor pelo duque D. Jaime, tendo sido levadas a efeito pelos irmãos Diogo e Francisco de Arruda, em 1514. Era então um castelo de planta quadrada, rematado nos cunhais por torreões com casamatas no interior, estrutura ainda visível sob a camada grossa de reboco. Na sequência do projecto de Ceuta, Benedito de Ravena e Miguel de Arruda seguiram para Mazagão, onde escolheram o lugar e articulação da nova fortaleza com uma série de técnicos e de militares que ali se encontravam. A equipa envolvia o arquitecto Diogo de Torralta, casado com uma filha de Francisco de Arruda, assim como os experientes militares D. Fernando de Noronha, Fernão Peres de Andrade, Luís de Loureiro e António Leite.

A presença portuguesa em Mazagão e depois o novo desenho para a fortaleza devem ter causado celeuma na corte, tendo levado inclusivamente Francisco de Holanda a escrever mais tarde, que a nova fortaleza havia sido «feita por meu desenho e modelo, sendo a primeira força bem fortalecida que se fez em África, a qual desehei, vindo de Itália e de França»<sup>20</sup>. Holanda não esteve em Mazagão, devendo-se ter limitado a fornecer cópias dos desenhos que fizera em Itália e em França, que dadas as suas semelhanças, interpretou, ou quis interpretar, como tendo sido o seu modelo, o escolhido.

As obras iniciaram-se de imediato nesse Verão de 1541, envolvendo muitas centenas de

pedreiros e de cabouqueiros enviados do Continente e chefiados pelo mestre das obras reais João de Castilho. João e o seu irmão mais novo, Diogo de Castilho, tinham trabalhado na Sé de Viseu, seguindo depois Diogo para Coimbra e João para os estaleiros das obras de Belém. João de Castilho veio a trabalhar ainda em Tomar e Alcobaça e em 1529 temos informação de que se deslocara a Arzila com Duarte Coelho. Nomeado entretanto, em 1528, para mestre das obras da Batalha, em 1532 renunciava ao mesmo em Miguel de Arruda, como já escrevemos.

Os homens e a cal para as obras de Mazagão começaram a chegar a 27 de Junho, a 16 de Julho sabemos que Castilho estava para partir com *regimento* e, segundo uma lápide existente no antigo baluarte de Santiago, hoje denominado do Anjo, as obras começaram no dia 1 de Agosto<sup>21</sup>. A 8 desse mês, João de Castilho pedia a D. João III que enviasse cento e cinquenta trabalhadores, para substituir pessoal entretanto indisponível e assim acabarem os trabalhos de movimento de terras. Em breve também do Continente, da base da serra de Sintra, da área de Pêro Pinheiro, vinha pedra aparelhada.

Segundo as contas de João de Castilho esses primeiros trabalhos deveriam demorar até Outubro, sendo possível dispensar nessa altura mil e quinhentos homens, inúteis à defesa, pois no Inverno só eram necessários cinquenta pedreiros, idêntico número de cabouqueiros e trezentos serventes. A 28 de Agosto do seguinte ano de 1542, Luís de Loureiro informava estarem praticamente prontas as muralhas e estarem então já a trabalhar nas portas.<sup>22</sup>

A obra levantou inúmeros problemas, quer técnicos quer administrativos, que o mestre das obras reais, João de Castilho, e o provedor da obra, João Ribeiro, se esforçaram por ultrapassar. Houve problemas também com o diverso pessoal enviado do reino para a mesma, nem sempre habilitado nem disciplinado, salvo o

enviado do Convento de Cristo em Tomar. O mestre das Obras Reais chegou a propor que só deveriam para ali ir homens de Tomar, Torres Novas, Évora e Lisboa e, ao mesmo tempo, gente escolhida e acostumada a esse tipo de obras, homens rijos, capazes de trabalhar e de pegar em armas, como então especificou.

O projecto seguido sempre de muito perto foi o de Benedito de Ravena e alguma alteração necessária à continuação das obras era imediatamente colocada a D. João III, que, por certo, consultava Miguel de Arruda. Esse aspecto foi exposto por João de Castilho em Dezembro de 1541, provavelmente face a algum reparo feito de Lisboa: «E quanto ao que Vossa Alteza me escreveu que na obra não saia dos apontamentos de Benito de Ravena, eu assim o fiz sempre e farei. Por eles verá a pedraria que é necessária e a que meto nas chapas, a mais forte que pode ser, na mesma maneira que ele deixou ordenado (...)».<sup>23</sup>

João de Castilho voltou entretanto a Portugal e, em 1545, permutava umas terras que possuía nos reguengos de Algés, junto a Belém, com Diogo de Torralta. João de Castilho deverá ser o especial responsável pela execução da cisterna de Mazagão, no entanto, não nos espanta que no projecto dessa obra não pudesse igualmente ter colaborado Diogo de Torralta. A cisterna ocupa o pátio interior da antiga fortaleza manuelina dos irmãos Arruda e é talvez das mais equilibradas e notáveis obras de toda a arquitectura portuguesa, além de essencial à sobrevivência da guarnição da fortaleza.

O conjunto da fortaleza assenta em parte na antiga praia, ficando assim com três dos seus lados parcialmente defensáveis por apoio naval. Articula-se ainda hoje num vasto quadrilátero quase regular, com todos os lados quebrados, salientando assim os baluartes implantados nos extremos, todos diferentes e especialmente adaptados ao local onde se implantam. Os baluartes virados a terra encontram-se dotados

de orelhas, enquanto os virados ao mar se articulam directamente com a cortina quebrada ao centro, a proteger fortemente as monumentais portas do mar.

Ao contrário de Ceuta, especialmente vocacionada para ataques vindo do interior do território, Mazagão articula-se tanto em relação a um ataque terrestre como marítimo, encontrando-se ainda preparada para uma articulação permanente com o mar e as possíveis armadas de socorro ou de mantimentos. Para além da fantástica espessura das suas muralhas e baluartes, Mazagão surpreende pela imponência do seu fosso, onde podiam varar embarcações várias e que por um sistema de comportas, junto ao Baluarte de São Sebastião, podia conservar a água durante a baixa-mar, sendo inclusivamente utilizada pelos soldados para pescarem do alto das muralhas, dada a sua riqueza em peixe.

A Fortaleza de Mazagão teria sido das mais arrojadas obras militares portuguesas e de imediato, com Ceuta, influenciou as restantes praças do Norte de África, como foi o caso de Tânger. Encontrando-se prevista para resistir aos mais diferentes assédios, inclusivamente prolongados, dada a sua capacidade interior de armazenamento e a cisterna de que é dotada, logo em 1562 era sujeita a um complexo e prolongado assédio, a que sobreviveria, dizendo-se então que 500 portugueses ali refugiados haviam resistido a 150 mil sitiantes<sup>24</sup>, o que chegou a ser saudado pelo Concílio de Trento.

Os cercos e assédios viriam a suceder-se nos dois séculos seguintes, inclusivamente, entre os meados do xvii e do xviii, como única praça portuguesa do Norte de África. Novamente sujeita a cerco, em 1769, os seus habitantes receberam ordens para se retirarem, a coberto da noite, para o Brasil, onde viriam a fundar a Nova Mazagão. A imensidão da fortificação era de tal ordem, que só alguns dias depois os sitiantes se aperceberam de que a fortaleza se encontrava vazia.

## A arquitectura militar portuguesa depois dos projectos de Ceuta e Mazagão

O Norte de África foi o local específico de ensaio das novas técnicas de fortificação dos inícios e dos meados do século xvi, da aprendizagem da nova geração de arquitectos portugueses. A fase de aprendizagem iniciava-se como pedreiro, mestre pedreiro e, consoante as provas dadas, de arquitecto, ou seja, mestre da obra. É paradigmática a trajectória dos irmãos Diogo e Francisco de Arruda, passando dos estaleiros ducais das obras de Évora para os de Tomar, mas trabalhando entretanto em obras militares, Diogo no baluarte do Paço da Ribeira e Francisco nos castelos de Moura, Mourão e Portel. Seguem depois para o Norte de África e regressam às obras do «continente do Reino», onde Francisco levanta, entre 1514 e 1520, uma das mais importantes obras do seu tempo: a Torre de S. Vicente, a par de Belém.

Nos meados do século, este aspecto formativo militar veio a criar uma nova escola de arquitectura em Portugal, inspirada de certa forma nos tratados internacionais, mas apresentando ao mesmo tempo um grande despojamento decorativo, que se poderia quase apelidar de austeridade militar, o chamado «estilo chão», teorizado por Kubler<sup>25</sup>. Neste quadro se poderia apontar Diogo e João de Castilho, Diogo de Torraltá e Miguel de Arruda, a principal figura e a que criou verdadeiramente uma escola. Miguel de Arruda foi mestre dos paços de Santarém, Almeirim e Muge, em 1543, e «mestre das fortificações do Reino, Lugares de Além e Índia» em 1548. Com a sua morte, o lugar não foi ocupado por uma só pessoa. Para o lugar de «mestre-mor» foi nomeado o seu discípulo Afonso Álvares, a que se seguiu António Rodrigues e vários fortificadores foram destacados para os restantes «Lugares dalém e Índia».

Tudo leva a crer que a chave que levou à estruturação dos sistemas defensivos portugueses,

cuja discussão se arrastava quase há duas décadas, ocorreu com a queda da Praça de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 1541. O desastre levou à chamada a Portugal de Benedito de Ravena e, ao mesmo tempo, à consolidação da figura de Miguel de Arruda como superintendente técnico de tudo o que dissesse respeito às fortificações. A partir dessa altura passam a circular, nos meios ligados à decisão régia, os desenhos divulgados pela tratadística internacional e a importância do uso da artilharia em terra passará a ser determinante, o que até então só teria acontecido no mar.

No sentido de coordenar todo este trabalho, tinha já surgido a necessidade de criar o lugar de provedor das obras reais, lugar entregue em 1525 a Pêro de Carvalho<sup>26</sup> e depois aos seus descendentes, João de Carvalho e Gonçalo Pires de Carvalho, assim como nessa sequência, mais tarde, um órgão central, uma provedoria-mor das obras reais, à frente da qual veio a ser colocado Álvaro Pires, e que passou a coordenar toda a circulação documental deste imenso esforço.

As dificuldades de articulação de todo esse esquema na década de 40 encontram-se patentes na longa carta de João de Castilho, datada de Mazagão, de 18 de Julho de 1542, a que já fizemos referência. Logo na abertura da carta, Castilho lamenta-se: «Senhor: Se deixo de escrever a Vossa Alteza muitas vezes é pelo tempo me não dar lugar para isso, e também porque João Ribeiro e eu temos escrito muitas vezes a Vossa Alteza e a Pêro de Carvalho e não vimos nunca nenhuma resposta, sendo coisa que cumpria muito a Seu serviço sobre esta obra.» Tudo leva assim a crer que faltava então apoio burocrático e administrativo a todo esse serviço.

A estruturação da provedoria das obras e fortificações deve ter surgido na sequência da reestruturação da Mesa do Desembargo do Paço, sucessivamente pela legislação de 10 de Outubro de 1534, 10 de Maio de 1553, de que vieram



a resultar os regimentos de 2 de Novembro de 1564 e 10 de Julho de 1568, situação que não foi de modo algum passível, levando, inclusivamente, a uma certa resistência dos velhos desembargadores, que mediante a nomeação de um presidente da Mesa, se sentiam de certa forma afastados da figura real. Equacionada nos finais da década de 40, teria visto o seu esforço reconhecido com o êxito do descerco de Mazagão, em 1562.

A institucionalização deste órgão deve datar de 1545 a 1550, datas em que assume progressivamente o controlo do excepcional movimento dos engenheiros militares portugueses e estrangeiros, ao serviço de Portugal. À frente da secretaria da Provedoria foi colocado Álvaro Pires de Landim, filho do escrivão das terças e da fazenda de D. Manuel e de D. João III, André Pires. Álvaro Pires de Landim seguiu o caminho burocrático do pai, mas prestando primeiro serviço no Norte de África, onde adquiriu alguma nobilitação e principalmente experiência. Foi então armado cavaleiro por Francisco Coutinho, a mandado do pai, o conde de Redondo, capitão e governador da vila de Arzila, em 1537, dignidade mais tarde confirmada por D. João III.<sup>27</sup>

A ligação de Álvaro Pires à provedoria das obras e fortificações deve ter tido início com a passagem destes assuntos para as mãos do monarca, pois, principalmente a fortificação, tinha sido um assunto que o rei até certo ponto descansara no infante D. Luís, seu irmão, falecido em 1555. A situação mudou com a queda da Praça de Santa Cruz e depois com a morte do infante<sup>28</sup>. A provedoria, entretanto, também amplia as suas áreas, não só à organização geral da fortificação, mas também à da artilharia, das ordenanças e do serviço de vigias. A Álvaro Pires se ficaram a dever, por exemplo, os ensaios na Madeira dos futuros Regimentos de Ordenanças e de Vigias, depois extensivos a todo o espaço nacional.

<sup>1</sup> É muito extensa a bibliografia sobre Marrocos e a presença portuguesa, objecto de relação detalhada neste número da revista *Camões*. A grande recolha documental foi a publicada in, *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc. Portugal*, Paris, 1934-1953. Limitar-nos-emos assim a só referir aqui as referências específicas ao nosso trabalho.

<sup>2</sup> Estes aspectos estiveram em discussão no Simpósio Internacional sobre Castelos, sob o genérico *Mil Anos de Fortificações na Península e no Magrebe (500-1500)*, organizado pela Câmara Municipal de Palmela e pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000. Infelizmente, a organização das mesas não conseguiu alargar a discussão deste assunto para se ter podido chegar a consensos alargados.

<sup>3</sup> Cf. O ainda actual trabalho de Otilia Rodrigues Fontoura (O.S.C.), *Portugal em Marrocos na época de D. João III, Abandono ou permanência?* Dissertação de licenciatura de 1966, CEHA, Funchal, 1998. Os pedidos de esclarecimento de Carlos V encontram-se no A. G. Simancas, *Estado*, legajo 461, pub. in *Les Sources Inédites*, Espanha, 1.ª Série, vol. I, Paris, 1921, pp. 44-45, idem, António Romeu de Armas, *España em el Africa Atlántica*, vol. II, Madrid, 1957, pp. 283-286 e Otilia Fontoura, ob. cit. p. 108;

<sup>4</sup> IAN/TT, CC, P I, 65-89. Memória de João Afonso, Safim, 25 Set. 1539. Pub. *Les Sources Inédites, Portugal*, 1.ª Série, vol. III, Doc. LXIII, pp. 220-223.

<sup>5</sup> ARM, CME, RG, T1, fls. 371 vº e 372; 19 de Janeiro de 1537: *Trelado de huma carta del Rey nosso senhor que mandou ao licenciado António Cardoso sobre os carpenteiros que nom vão a terra de mouros*. Pub. in revista *Arquivo Histórico da Madeira*, vol. XIX, Funchal, 1990, pp. 79 e 80

<sup>6</sup> Dada as distâncias, a Madeira era a principal responsável pela defesa das praças magrebina do sul, para as quais contribuía através das alfândegas do Funchal e de Machico na sua fundação, passando depois a contribuir igualmente com importantes contingentes humanos. Para socorro de Santa Cruz ainda foram enviados em Março 1541 quatro navios, inclusivamente com um cirurgião, tendo alguns feridos recolhidos ao Funchal para tratamento (cf. IAN/TT, CC, PI, pp. 69-67. Carta de 14 Março 1541).

<sup>7</sup> As relações da Madeira com Santa Cruz do Cabo de Guér eram muito antigas e contínuas. Duas cartas do IAN/TT dão-nos conta duma chalupa procedente do Cabo de Guér, com contrabando, que tentou entrar no Funchal, sendo detectada (idem, CC, PI, 74-95: Carta de António de Sousa, de 12 Maio 1548). Seguiu então para Machico. Foi depois capturada por ordem do bacharel Diogo Luís, provedor da Fazenda, e a carga entregue na alfândega,

- ficando presos o mestre e tripulantes (*ibidem*, 80-113: Carta do bacharel 16 Maio 1548).
- <sup>8</sup> Hans Staden, *Warhaffige Historia Hud Bescherenbung Eines Landeschaft Der (...) Meusceufresseerbrüten In Amerika*, André Kolbe, Marbourg, 1557; *idem*, *Duas Viagens ao Brasil*, tradução de Guiomar de Carvalho Franco, Universidade de São Paulo, Brasil, 1974.
- <sup>9</sup> Abordámos a figura de Hans Staden in *A Arquitectura Militar da Madeira, séculos xva xvii*, E.M.E./Universidade da Madeira, Lisboa, 1998. A gravura de Santa Cruz foi publicada in *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo de exposição coordenado por Rafael Moreira, Porto, Junho-Setembro de 1994, p. 109, na abertura do artigo que então publicámos sobre «A defesa do Atlântico», pp. 111-123.
- <sup>10</sup> F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário...*, Ed. fac-similada com prefácio de Pedro Dias, vol. I, II/Casa da Moeda, Lisboa, 1988, pp. 67-69. *Idem* Pedro Dias, *A Arquitectura Portuguesa em Marrocos, 1415-1769*, Lisboa, 2000, p. 39.
- <sup>11</sup> BNL, códice 1758, fls. 86-88 v.º. Cit. Pedro Dias, *ibidem*.
- <sup>12</sup> *Idem*, códice 1762, fls. 221 e 222. Cit. Pedro Dias, *idem*, pp. 39 e 40.
- <sup>13</sup> John B. Bury, «Benedetto da Ravenna (c. 1485-1556)», in *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, catálogo cit., pp. 130-134.
- <sup>14</sup> F. M. de Sousa Viterbo, *Dicionário...*, ob. e vol. I cit., pp. 67-69. *Idem*, Pedro Dias, *idem*, p. 39; *idem*, John Bury, *idem*, p. 133.
- <sup>15</sup> Pedro Dias, ob. cit. pp. 40 e 41. O projecto de Benedito e de Miguel de Arruda encontra-se publicado in *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. V, Lisboa, 1960-1968, pp. 79-81.
- <sup>16</sup> *Ibidem*, 42 e 43. Minuta in BNL, códice 1758, fl. 470.
- <sup>17</sup> Cit. *Vida e Obra de João de Castro*, p. 408; Viterbo, ob. cit. p. 69; Pedro Dias, *idem*, p. 43.
- <sup>18</sup> Pedro Dias, *idem*, p. 43. Cf. BNL, códice 1728, fls. 474-479, 507-509 e 530-532.
- <sup>19</sup> Fontoura, ob. cit., p. 109.
- <sup>20</sup> Jorge Segurado, *Francisco D'Ollanda*, Lisboa, 1970, pp. 151-152. *Idem*, Pedro Dias, *idem*, p. 138.
- <sup>21</sup> Pedro Dias, ob. cit., p. 139. Cf. Robert Ricard, «Les inscriptions portugaises à Mazagan», *Bulletin des Etudes Portugaises*, vol. II, Coimbra, 1932-1934, p. 397.
- <sup>22</sup> *Ibidem*, 141. Pub. *Les Sources...*, vol. III, pp. 507-508.
- <sup>23</sup> As obras de Mazagão encontram-se documentadas, essencialmente, nas três cartas de João de Castilho, de 15 Dez. 1541 e 6 Jan. e 28 Jun. 1542 (IAN/TT, CC, P I, 71-32, 71-52 e 72-68), mas também na de João Álvares de Almeida, 16 Jul. 1541 (*idem*, 70-23) e, entre outras, do capitão Luís de Loureiro, de 6 Fev. 1542 (*idem*, 71-79), pub. por Viterbo, ob. e vol. I cit., pp. 193-198.
- <sup>24</sup> Cf. A este respeito, a *História do Cerco de Mazagão* de Agostinho de Gavy de Mendonça, pub. por F. M. de Sousa Viterbo, Lisboa, 1890.
- <sup>25</sup> George Kubler, *Portuguese Plain Architecture. 1521-1706*, Middletown, 1972.
- <sup>26</sup> O lugar de provedor das obras reais foi assim ocupado por Pêro de Carvalho, que começara nesse ano de 1525 por *vedor de obras dos muros e fortaleza da vila de Almada*, com 20 réis por dia, *como o são os semelhantes oficiais*, devendo ser pago *no dia em que as obras lavram com quatro oficiais ao menos, ou com dez servidores*. O alvará régio dá ordem ao *contador das ditas obras terças e resíduos* para lhe dar posse do ofício e determina o escrever deste alvará Nuno Martins da Silveira, *do seu conselho* (conselho real) e *senhor de Góis, vedor-mor das obras terças e resíduos, escrivão das terças e capelas, albergarias e secas de nossos Reinos*. Nesta sequência, Pero de Carvalho em Outubro de 1525 obtém o lugar de provedor das obras reais. Cf. IAN/TT, *Chanc. D. João III*, L.º 8, fl. 124, 3 Out. 1525; *ibidem*, L.º 10, fl. 99 v., carta de quitação; *idem*, L.º 19, fl. 179 v., padrão de 200\$000; *idem*, L.º 21, fl. 68 v., provedor das obras reais; *idem*, L.º 58, fl. 121 v., 20\$625 de juro na alfândega de Lisboa; e *idem*, L.º 63, fl. 169, 50\$000 em Setúbal.
- <sup>27</sup> IAN/TT, *Chanc. D. João III, Doações*, L.º 28, fl. 61. 29 Out. e 12 Dez. 1543. Deve ter regressado assim em 1543, data deste documento e dum alvará de lembrança depois citado, em que lhe foi prometido o ofício de seu pai. André Pires no ano anterior assina o documento que manda Afonso Rodrigues tomar posse do ofício de escrivão da obra dos muros e fortaleza de Valença (*idem, ibidem*, L.º 38, fl. 136. Lisboa, 23 Set. 1542; *idem* ofício mandado passar já por Álvaro Pires, L.º 60, fls. 161 v. e 162).
- <sup>28</sup> Foi também esta a altura da passagem de Francisco de Holanda para o círculo mais directo do Rei e em que o mesmo lhe passou a assegurar directamente a subsistência. Assim, praticamente todos os alvarás e registos régios de Francisco de Holanda são mandados passar por Álvaro Pires, logo em 1551, quando lhe é concedida uma tença anual e vitalícia de vinte mil réis. Nesta doação Álvaro Pires aparece como escrivão e ordenante (IAN/TT, *Chanc. de D. João III, Doações*, L.º 66, fl. 265 v.: *Dada em a Villa de Almeirim aos dez dias do mês de Setembro. Álvaro Pires a fez, ano do nascimento de noso Senhor Jezus Cristo de mil quinhentos e cinquenta e um*). Seguem-se as cartas de 30 de Julho e 18 de Agosto de 1556, em que se satisfaz pela fazenda real as tenças que Francisco de Holanda recebia do falecido infante D. Luís (falecido em 1555), já com a citação dos respectivos escrivães, mandando Álvaro Pires escrever o documento (*ibidem*, L.º 59, fl. 261. Escrivães Francisco de Vargas e João Alvares, *E eu, Álvaro Pires a fiz escrever*).